

# Diário do Legislativo de 12/04/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 9ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA

## ATAS

### ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 6/4/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; aprovação - Questões de ordem; discursos dos Deputados Rogério Correia, Miguel Martini e João Leite - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.350; requerimentos dos Deputados Dilzon Melo e Adalclever Lopes; deferimento; requerimento do Deputado Dilzon Melo; aprovação; questão de ordem; discurso do Deputado André Quintão; votação secreta do veto, salvo destaques; rejeição; votação secreta dos vetos ao inciso IV do art. 2º e ao art. 3º; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.349; rejeição - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.362; rejeição; declaração de voto - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Irani Barbosa - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta

a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

##### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário da Prefeita Municipal de Contagem, ex-Deputada Marília Campos.

##### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os vetos às Proposições de Lei nºs 16.317, 16.334, 16.359, 16.363 e 16.368, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

##### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os vetos às Proposições de Lei nºs 16.350, 16.349 e 16.362 sejam apreciados em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

##### Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero aproveitar a presença de um número grande de Deputados nesta manhã de quarta-feira, em especial da Deputada Lúcia Pacífico, que defende o direito do consumidor com muito brilhantismo, para não deixar passar em branco o anúncio feito por toda a imprensa de um aumento na conta de luz de 23,88%. Esse aumento é extremamente superior à inflação. De acordo com o IPCA, a inflação até abril deste ano é aproximadamente de 7,6%. Então, esse reajuste na conta de luz será três vezes maior que a inflação de um ano.

Outro dia, Deputada Lúcia Pacífico, ocupei a tribuna para dizer que eu e a Deputada Jô Moraes queremos lançar uma campanha nacional para modificar o índice de reajuste das tarifas públicas; no Brasil, e especialmente em Minas Gerais. Como sabemos, as tarifas públicas são reajustadas pelo IGP-DI, e não pelo IPCA. Só isso dá uma distorção de quase o dobro do índice inflacionário. Se fosse reajustado pelo IPCA, seria metade do IGP-DI. Isso sempre tem tensionado a inflação no Brasil; portanto, não adianta o Banco Central aumentar as taxas de juros se não colocar o dedo na ferida, que são os aumentos superiores à inflação das tarifas públicas, que, na verdade, é o que está pressionando a inflação. Quando há aumento do transporte em São Paulo, por exemplo, isso afetará a medição do índice inflacionário porque o transporte de São Paulo tem evidentemente um componente forte que tensiona a inflação.

Agora, vem a CEMIG e pede reajuste de 30,12%. A ANEEL concede reajuste de 23,88%, três vezes o IPCA e mais de duas vezes o IGP-DI. Isso fará com que a inflação aumente. A solução é subir novamente a taxa de juros impedindo o crescimento do Brasil? É evidente que não. Por isso, apresentamos um requerimento solicitando um debate sério nesta Casa sobre como fazer uma mobilização do povo brasileiro, que deve ir para as ruas protestar contra isso e exigir que nenhum índice de correção de tarifa pública seja maior que o índice inflacionário, já que os salários não são corrigidos por índices maiores que a inflação. Essa é uma medida para baixar taxas de juros no Brasil e levá-lo ao crescimento econômico. O próprio Vice-Presidente da República, José Alencar, com muita razão e propriedade, fez exposição sobre esse tema. É preciso haver um movimento nacional em relação a essa questão.

É enorme a carga tributária das contas de luz, de água, de telefone. Já denunciei desta tribuna que, em Minas Gerais, nas contas de energia elétrica residencial está inserido 42% de ICMS, cobrado pelo Governo do Estado. É o mais alto índice, a maior carga tributária de cobrança de ICMS do Brasil. Nenhum outro Estado cobra tanto ICMS de energia elétrica residencial como Minas Gerais. Se o Governador Aécio Neves se preocupa com a alta carga tributária brasileira, que se preocupe também com a do nosso Estado. É preciso haver uma discussão conjunta desse problema.

A Assembléia Legislativa não pode simplesmente ficar calada diante do anúncio de 23,88% de aumento da conta de luz, contra uma inflação de 7,6%. Esse reajuste é absurdo e significa para cada consumidor, em especial para os mais pobres, um aumento muito grande da sua conta de luz. Qual Deputado nunca deparou com um eleitor pedindo que fosse paga a sua conta de luz? Dizemos que não, que não fazemos isso porque não compramos voto pagando conta de luz. Isso não é correto, não é essa a solução. Mas é evidente que as contas de água, de luz e de telefone no Brasil são muitas caras.

Presidente Mauri Torres, proponho a V. Exa. que atenda a requerimento já apresentado, de minha autoria e da Deputada Jô Moraes, solicitando que, na 1ª Parte da Ordem do Dia de reunião a ser marcada, seja realizado debate público a esse respeito. Conclamo todos os partidos políticos, o povo brasileiro, em especial o mineiro, para iniciarmos uma campanha contra o reajuste de 23,88% da conta de luz e os reajustes das tarifas públicas, de maneira geral, para além da inflação, a fim de que se possa abaixar o índice inflacionário e não ser necessário o aumento das taxas de juros para o controle inflacionário. O aumento da taxa de juros não resolverá o problema, mas acabará diminuindo o índice de crescimento brasileiro.

É claro que o Brasil cresceu muito além do que vinha crescendo. Apenas no ano passado o crescimento foi de 5%, e, do Governo Lula até hoje, foram gerados mais de 2.300.000 empregos. Mas é evidente que, se a taxa de juros continuar subindo, esse crescimento não será tão grande para a geração dos 10 milhões de empregos prometidos pelo Presidente Lula. Para ajudá-lo a gerar esses empregos, é necessário um movimento nacional para que as tarifas públicas parem de pressionar a elevação do índice de inflação.

A Deputada Lúcia Pacífico - Concordo plenamente com o Deputado Rogério Correia. Gostaria de assinar esse requerimento e de ressaltar que todos esses aumentos são autorizados pelas agências nacionais. Então, a campanha não tem de ser apenas no âmbito do Estado. Se a CEMIG aumentou suas taxas, foi porque a ANEEL lhe deu a permissão. Também por meio das agências reguladoras são permitidos os serviços de telefonia, de água e outros. Em meu entender, essas agências regulam pelo lado das concessionárias. A campanha tem de ser nacional, porque o problema não ocorre somente em Minas Gerais. As autorizações vêm de cima. Precisamos tomar pulso disso, pois esse reajuste da CEMIG é extremamente alto, muito acima da inflação. Não apenas a entidade que dirijo está atenta a isso, mas também outras entidades nacionais. Não podemos deixar que as agências reguladoras permitam esses aumentos. Quem mais sofre são as pessoas de baixa renda, cujos salários não foram aumentados. Esse reajuste atinge o orçamento doméstico como um tapa. Não dá para agüentar isso. Obrigada, Sr. Presidente.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, sem dúvida alguma o Deputado Rogério Correia apresentou, talvez para nossa surpresa, como as empresas antecipam os seus processos. É evidente que os preços são estabelecidos pelas agências reguladoras.

Recebemos como herança a estruturação dessas agências de forma que o Governo não pudesse interferir nos preços dos serviços administrados. O Governo Lula pretende alterar a estrutura das agências reguladoras para que elas não passem a ser um ente a parte na estrutura do Estado, sem que o Governo, os entes políticos possam interferir no estabelecimento de preços.

A Deputada Lúcia Pacífico tem toda a razão, mas não podemos ficar parados. Temos não só de apoiar a Ministra Dilma Rousseff no esforço de alterar o modelo das agências reguladoras, como também fiscalizar os contratos de privatização estabelecidos, que não estão sendo cumpridos.

Caro Deputado Mauri Torres, a telefonia tem contrato de concessão mais longo, mas submetido a um decreto de universalização do acesso e de cumprimento de metas, assinado em 1998, cujo prazo de renovação terminou em 2003. As empresas privatizadas quebraram os decretos, descumpriram as metas, e nada foi feito até hoje. Iniciaremos um processo de pressão política e social para que sejam revistos os decretos que regulam as metas estabelecidas para a universalização dos serviços, estabelecendo que parte do lucro das privatizadas deve ser cedido para aumentar os salários e reduzir o preço das tarifas.

Faremos uma campanha, Deputada Lúcia Pacífico, e temos a certeza de que contamos com V. Exa.; queremos alterar não só em Brasília, mas aqui também. As contas de luz são calculadas pelo IGP-DI, mas os funcionários da CEMIG recebem com base no IPCA. O Deputado Rogério Correia já nos trouxe aquele esdrúxulo percentual de aumento: enquanto a inflação era em torno de 6,9%, a luz sofreu acréscimo de 19%. Estamos em campanha para acabar com o IGP-DI como índice de referência dos preços administrados, passando para o IPCA, fazendo uma grande revisão dos contratos que privatizaram nossos serviços, porque essas empresas estão descumprindo, quebrando contratos, e nós nada fazemos. Por isso convocamos não apenas o Presidente da República e os setores envolvidos, como também a população para aqui comparecerem. A pedido do Deputado Luiz Humberto, acaba aqui meu pronunciamento.

O Deputado Miguel Martini - Em primeiro lugar, quero dar uma notícia ao Deputado Rogério Correia: o Brasil já está se mobilizando. Isso ficou patente na mobilização contra a Medida Provisória nº 232, com vitória. Ele não precisa convocar o povo brasileiro, pois o povo brasileiro já se mobilizou e conseguiu derrotar aquela medida provisória que penalizaria o contribuinte e, como consequência, majoraria os preços. Em segundo lugar, talvez o Presidente Lula passe para a história como um bem-intencionado. Ele tinha a intenção de fazer a reforma tributária e não a fez; tinha a intenção de mudar as agências reguladoras e não as mudou. Queremos alguma coisa objetiva, que resulte em um bem para a sociedade, para a população. É claro que as agências reguladoras acabaram se tornando um governo paralelo. Mas, em quase dois anos e meio de Governo, nada foi feito. A política do Governo Federal ou a ineficiência do Governo Federal acabam repercutindo negativamente nos Estados e nos municípios. Precisamos fazer uma grande discussão nacional, porque, se não forem feitas as correções em nível federal, não haverá como fazê-las em nível estadual. Existem contratos anteriores, regras que estão sendo mantidas, as quais, se não forem modificadas, tornarão difícil para os Governos Estaduais alterar esse processo.

Minas Gerais tem dado o exemplo. O Governador Aécio Neves foi uma das vozes mineiras que se levantaram, tendo, à época, o prestígio de ser o Presidente do Congresso Nacional, impedindo a privatização de Furnas. Nosso Governador demonstrou, enquanto parlamentar e, agora, como Governador, que continua lutando, pois não concorda com o tipo de privatizações que ocorreram no País. O Governo está governando, e a impressão que temos, quando se ouve falar no PT, é que está fazendo oposição ao Governo Federal. O próprio Governo Federal é que pode modificar a questão das agências reguladoras e não o faz; pode fazer a reforma tributária, o que ainda não ocorreu. Apenas cria superávit primário para atender ao capital internacional. Essas questões precisam ser discutidas porque não vivemos num Estado isolado, sofremos todas as repercussões. Se as agências reguladoras não tivessem autorizado o aumento, ele não teria ocorrido em Minas Gerais e em lugar algum. Enquanto lá não se modifica a questão, jogar a responsabilidade para cá é, no mínimo, não ser justo com as questões governamentais. Precisamos dizer que houve, sim, uma mobilização nacional, que o povo brasileiro está mobilizado, derrotou a Medida Provisória nº 232 e impedirá todas as que visem ao aumento da carga tributária no País, cujo povo sofrido está farto da cobrança de tantas taxas.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, muito me estranha o Deputado Miguel Martini falar sobre mobilização do povo brasileiro, o que achamos que realmente houve. Mas, infelizmente, quando foi votado por esta Casa o aumento de taxas e criação de novas taxas e tributos, muitos Deputados não se mobilizaram em favor do povo. Ao contrário, votaram pelo aumento das taxas e pela criação da Taxa de Incêndio, que os comerciantes estão tendo dificuldade de pagar.

Ontem, estava em Brasília, numa reunião no Ministério da Justiça para tratar da segurança pública em Minas, tive a oportunidade de conversar com o Secretário de Fazenda, juntamente com a bancada mineira. E o grande motivo dessa reunião foi a solicitação do Governador Aécio Neves para que se votasse a Medida Provisória nº 232. Essa foi a pauta de discussão ontem, com a bancada mineira, logicamente com modificações. Portanto, o Deputado precisa estar mais informado do que está acontecendo e como está sendo norteadas a política do Governo do Estado.

O Governador Aécio Neves, em audiência com o Presidente do STF, Nélson Jobim, pediu a substituição do índice que corrige os valores das dívidas do Estado com a União, trocando o IGP-DI pelo IPCA, o que significaria uma redução dos encargos pagos pelo Estado. Isso porque, nos últimos anos, a correção pelo IPCA tem sido menor que a do IGP-DI. É uma atitude com que concordamos, mas cobramos coerência: que o Governador aja da mesma forma aqui, no Estado de Minas Gerais. Protocolamos um projeto de lei com esse objetivo, que se encontra tramitando na Casa, esperando que receba parecer favorável da Justiça. O Estado hoje utiliza o IGP-DI para corrigir os valores de taxas e multas fixados pela Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - UFEMG -, de acordo com a Lei nº 6.763. E cada vez que a UFEMG é corrigida por esses índices, taxas, como as de incêndio, o licenciamento de veículos, a energia elétrica, a água, ficam mais caras. Em 2002, o IPCA ficou aproximadamente em 12,53%, enquanto o IGP-DI alcançou o índice de 26,41%.

No ano passado, a inflação medida pelo IGP-DI foi de 12,13% e pelo IPCA 7,6%. O IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, tem 60% da sua composição baseada em preços de atacado, carregando, em seu cálculo, os impactos da variação cambial do dólar, do preço do petróleo e do aço. O IPCA é pesquisado pelo IBGE, nas regiões metropolitanas, entre famílias com rendimentos que variam de 1 a 40 salários mínimos. A maior influência sobre ele são os preços pagos pelo consumidor nas prateleiras dos supermercados, não dos preços de atacados, como no IGP-DI. Não há como balizar essa discussão, se o Governador não for coerente. Ele está certo quando pede mudanças em relação à dívida do Estado, mas que tenha a mesma coerência em relação aos índices pagos pela população.

A Deputada Jô Moraes falou muito bem em relação às agências reguladoras que foram criadas no Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Federal já está dando sinais de mudança, quando definiu que, nos contratos de concessão de energia elétrica, deverá ser utilizado o IPCA, em substituição ao IGP-DI, para beneficiar o consumidor com índices mais justos. O Governo Federal já está dando mostras de

austeridade, ao mudar o índice em respeito ao consumidor. Esperamos que o nosso Governador se mobilize e dê orientação a sua base, pois não temos a autonomia que deveríamos ter no Poder Legislativo. Que seja orientação do Governo do Estado a aprovação desse projeto para diminuir os índices das taxas cobradas no Estado.

O Deputado Doutor Viana - Estamos ouvindo as colocações e é interessante observar que as reclamações são heranças do Governo passado. Está passando da hora de deixá-las. Quando a herança é ruim, não se deve aceitá-la, mas mudá-la. Quando é boa, deve ser mantida. Está errado mantê-las já no terceiro ano de Governo. Há necessidade de se tomar atitudes mais firmes para acabar com as heranças ditas malditas. Está havendo mudanças. O "p" da CPMF, que era de "provisória", passou para "permanente". A COFINS aumentou. As taxas todas estão aumentando. É preciso sermos objetivos. As boas heranças do Governo passado devem ser seguidas; as ruins estão sendo mantidas e chegam aqui como desculpa. É uma crítica infundada. Acabem com essas heranças malditas, tenham coerência com o que se pregava antes, pois a CPMF, que era destinada à saúde, tomou outro destino. O mesmo aconteceu com a CIDE, destinada às infra-estruturas. É preciso coerência, para que não continuem morrendo tantos brasileiros nas estradas de nosso País.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendo a ansiedade dos autores dos requerimentos para trazer à discussão uma matéria que, a meu ver, não deve ocorrer neste instante, pois temos uma longa pauta a ser votada sobre outros temas. Desejo apenas fazer dois esclarecimentos. Concordo com o que o Deputado Doutor Viana acaba de dizer. Não se pode, durante três anos, transformar a herança recebida em um muro de lamentações. Se ela existiu e se o Governo atual não conseguiu modificá-la em dois anos e meio, ou ele concorda com ela ou é inoperante. Temos uma das duas coisas. Ou ele está de acordo com as agências reguladoras e com tudo o que o Fernando Henrique deixou ou ele é inoperante, porque dois anos e meio para modificar uma situação é muito tempo.

Como outro aspecto; não se pode exigir que o Governador modifique índices de cobranças de taxas sem que o Governo Federal concorde que a dívida de Minas tenha outro tratamento. Se for mantida a exigência atual, o Governador não pode deixar de aplicar os mesmos índices nas suas fontes de recurso. É isso o que desejava, Sr. Presidente, esclarecer.

Por fim, temos uma longa pauta a ser votada, e haverá outro momento para discutirmos a questão das agências reguladoras, dos requerimentos e das mobilizações. Teremos outro instante para fazer isso. Desejo, Sr. Presidente, que, com a habilidade que lhe é peculiar, V. Exa. dê prosseguimento à reunião para que esta pauta seja enfrentada e votada, nesta manhã.

O Deputado Jésus Lima - Obrigado, Sr. Presidente. A título de sugestão, desejo apresentar, neste instante, um requerimento verbal, que, logo depois, irei documentar, para que os Deputados que tanto defendem o Governador do Estado, uma pessoa que se preocupa em diminuir os custos da população... Apresento um requerimento - e peço o apoio de todos Deputados - a ser enviado ao Governador Aécio Neves solicitando seja feito um comunicado ou outra forma legal cabível ao Presidente da CEMIG, a fim de não conceder esse aumento de 23%. A ANEEL autoriza, mas não obriga. A ANEEL permite, mas não determina, não obriga a CEMIG a conceder esse aumento. Essa é uma faculdade que cabe ao Governador do Estado. Ele deve comunicar-se com o Presidente da CEMIG para que não haja esse aumento. Esse é, então, o teor do meu requerimento.

Além disso, desejo que conste desse requerimento um pedido para que o Governo do Estado envie um comunicado à CEMIG, diminuindo o seu ICMS por ser este um dos mais altos do País. Assim, a Presidência da CEMIG cumprirá essa ordem do Governador do Estado, que tem poder para isso. Realmente, não é possível termos uma das tarifas mais altas do Brasil, que só perde para a AMPLA, do Estado do Rio de Janeiro. A tarifa da CEMIG é a segunda mais alta do Brasil. O lucro líquido hoje da CEMIG de R\$100.000.000,00 por ano. Quem financia esse tão propalado déficit anunciado pelo Governo do Estado é a CEMIG. Precisamos, sim, de uma empresa forte, que, cada vez mais, preste melhores serviços à população, mas ela não pode onerar as pessoas mais pobres que necessitam da energia para sobreviver, cobrando impostos indiretos. Depois o Governador diz que está preocupado com a carga tributária do Estado. Faço, então, esse requerimento e solicito a todos os Deputados, que defendem o Governador do Estado, que o assinem também. Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento junto com o Deputado Miguel Martini e peço aos colegas que o assinem. Queremos solicitar que a Assembléia Legislativa percorra todo o Estado, todas as regiões, convidando associações comerciais, CDLs, enfim, todas as entidades interessadas, para que possamos, em Minas Gerais, ter uma reação a essa carga tributária altíssima imposta ao povo brasileiro.

Além disso, Sr. Presidente, já que, em fevereiro, especialmente, houve a maior arrecadação da história do Brasil em termos de Imposto de Renda, queremos saber como está sendo gasto esse dinheiro arrecadado do povo.

Assim, por meio desse requerimento, quero solicitar que a Assembléia percorra todo o Estado e discuta com a população de Minas Gerais. Temos visto pela imprensa o gasto crescente do Governo Federal. Este País tem os juros mais altos do planeta. Recentemente o Banco Central aumentou-os ainda mais, agravando a questão do desemprego no Estado e no País. Solicito a assinatura das minhas colegas e dos meus colegas e também que a Mesa da Assembléia aprove a viagem pelo Estado, para sabermos como os empresários e o povo de Minas Gerais têm visto essa situação.

O Governo Federal tem aumentado seus gastos, ao contrário do Governo de Minas Gerais, que procurou fazer um ajuste severo em suas contas, para não ser pesado ao povo mineiro. Temos um levantamento que mostra que Minas Gerais contribuiu muito com impostos para o Governo Federal, e todo esse dinheiro arrecadado está servindo para compor um superávit maior que o solicitado pelo FMI e pelas agências internacionais.

Estamos preocupados com o custo dessa máquina poderosa governamental federal que está sendo criada. Estamos acompanhando o caso dos servidores do Governo Federal que têm cartão de crédito e podem utilizá-lo até o limite. Queremos aprofundar e conhecer melhor essa situação. Queremos saber como estão sendo utilizados esses recursos e discutir isso com o empresariado mineiro, que comparece pagando impostos e taxas de contribuições.

Hoje mesmo acompanhávamos como a pulverização dos recursos da CIDE não permite aos municípios quase nada em relação a essa taxa, que permanece sendo cobrada pelo Governo Federal. Em fevereiro, Sr. Presidente, só por meio da CPMF, foram arrecadados R\$200.000.000,00 no País, e Minas Gerais contribuiu com grande parte desses recursos. Então, é importante que a Assembléia aprove essa discussão, que deve se dar em todo o Estado. É esse o requerimento que estamos propondo.

Estamos vendo o que o Governo Federal quer fazer com o rio São Francisco. Nós, da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, estamos acompanhando. Queriam fazer licitação antes do licenciamento ambiental; por isso Minas Gerais tem que estar atenta. A bacia hidrográfica do rio São Francisco precisa ser revitalizada, os recursos devem vir para isso.

Lamentavelmente, esses recursos não vêm, e agora Minas Gerais tem de contribuir para a transposição do rio São Francisco, que clama pelos recursos federais para ser revitalizado. Os recursos são enviados para Brasília, mas pertencem ao povo brasileiro. O Governo Federal arrecada recursos dos municípios de Minas Gerais, para onde têm de retornar para investimentos no meio ambiente e em infra-estrutura.

Estamos perto de um "apagão" das estradas. Muitas vezes essa tribuna foi ocupada por Deputados solicitando duplicação já. Atualmente, tem-se procedido a uma operação tapa-buraco na BR-381, no trecho que vai de Belo Horizonte a João Monlevade, onde muitas pessoas têm morrido. Solicito o apoio das Deputadas e dos Deputados para a aprovação desse requerimento, a fim de que possamos percorrer Minas Gerais promovendo essa discussão. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, em primeiro lugar, estranho a fala do Deputado João Leite, que resolveu mudar de assunto, talvez para esconder o reajuste de 23,88%, com o qual me parece que concorda, porque não tocou nesse assunto. O fato é que a CEMIG aumentará em 23,88% a conta do contribuinte mineiro. Evidentemente, essa empresa o faz sob a batuta do Governador Aécio Neves; aliás, hoje a Secretaria está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento do Governo Aécio; está diretamente vinculada ao Governador. Portanto, esses 23,88% são de responsabilidade do Governador Aécio Neves. O Deputado João Leite certamente concorda com esse aumento, e procurou mudar de assunto. Mas não tenho problema em responder às provocações do Deputado João Leite, que afirma que os juros são altos no Brasil. São mesmo. E são altos porque as tarifas públicas são altas. É preciso que as tarifas públicas não tenham esse tipo de aumento para puxarmos a inflação para baixo. Os juros são altos, mas são muito menores do que na época do Governador Fernando Henrique e do Deputado João Leite, que sempre apoiou o Presidente Fernando Henrique. Os juros de Fernando Henrique eram muito mais altos do que os de agora. V. Exa. nunca reclamou dos juros altos de FHC. Juros não têm ideologia. Os números são altos ou baixos, independentemente do Governador. E eram mais altos no Governador que V. Exa. tanto apoiou, que foi o Governador Fernando Henrique Cardoso. O mesmo se dá com o superávit primário, que também no Governador Fernando Henrique sempre foi mais alto do que o atual superávit primário. E era alto porque o Fundo Monetário Internacional entrou no Brasil pela última vez pelas mãos do Governador Fernando Henrique Cardoso, que o apoiou. E o Lula está retirando o Brasil do Fundo Monetário Internacional pela primeira vez. O FMI não está no Brasil graças ao Presidente Lula. E quem colocou o FMI aqui, com toda essa política equivocada, foi o Governador Fernando Henrique, apoiado pelo Deputado João Leite.

É verdade que o Governador não gasta nada, só corta. Na saúde, era para gastar 12% e gasta em torno de 9%. O resto ele fica devendo. O déficit é aproximadamente de R\$86.000.000,00, que ele deixa de, constitucionalmente, investir na saúde, assim como não gasta um centavo no rio São Francisco. Se depender do Governador Aécio Neves, a revitalização é zero. Concorde que é zero o gasto porque é zero o investimento do Governador Aécio Neves. O Governador Fernando Henrique nunca repassou um centavo da CIDE, que agora é obrigatória, graças a uma reforma tributária que o Governador passado não fez.

Quanto à carga tributária, se é alta no Brasil, é alta em Minas. Esse componente de 23,88% na conta de luz, se o Governador não quiser, não precisa dar. A CEMIG pediu 30%, e a ANEEL deu 23%. É muito um, e é muito outro. O Governador não deveria dar um aumento tão grande como esse de 23,8%. Se ele quiser pode aumentar dentro do índice da inflação, que é de 7,6%. Para isso, basta diminuir um pouco da carga tributária na energia elétrica. Além do que consumimos de energia elétrica, cada residência mineira paga 42% a mais de ICMS. Não existe carga tributária tão alta no Brasil como essa de Minas Gerais. Em todos os outros Estados, a carga tributária residencial de energia elétrica é menor. Então, Deputado João Leite, 23,8% é um índice realmente alto de energia elétrica. Vou com V. Exa. pelo Estado afora discutir esse aumento para que o Governador Aécio Neves e a CEMIG tenham dó do povo mineiro e não pratiquem um reajuste tão alto. Precisamos fazer um movimento, além de mineiro, nacional, para que os reajustes de tarifas públicas não subam além do índice inflacionário, para que não se tenham índices de juros altos, que não devem fazer parte dos componentes de combate à inflação. Esse índice freia o desenvolvimento, embora o Governador Lula tenha conseguido retomar o crescimento no Brasil, que estava estagnado. No ano passado, crescemos 5%, muito mais do que cresceu o Governador Fernando Henrique, apoiado pelo Deputado João Leite. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, queria falar para o telespectador que nos acompanha e que nos dá o privilégio da audiência pela TV Assembleia. Você, telespectador, é bastante inteligente para fazer uma avaliação lógica, até das palavras que acabou de ouvir. A ANEEL é uma agência reguladora do Governador Aécio Neves. Ela, como não deixou ser 30%, poderia ter dado 15%, 12% ou 10%. Tentar enganar, não evidenciar a verdade dos fatos confunde quem está nos vendo. Mas você, telespectador, é inteligente. A ANEEL é uma agência reguladora do Governador Aécio Neves, que poderia ter dado 30%, 23%, 12% e deu o que foi decidido pela agência do Governador Aécio Neves. O resto você facilmente conclui.

Em segundo lugar, a mídia, a macroeconomia, os dados do Banco Central mostram que o Governador Fernando Henrique Cardoso, que foi um absurdo, comprometeu-se a um superávit primário de 3,75%. A primeira medida da equipe econômica do atual Governador foi aumentá-lo para 4,25%, o que gerou cinco pontos alguma coisa por cento a mais do que prometeu. O PFMN havia pedido isso. São dados que estão aí.

Discursos precisam estar fundamentados em dados objetivos. Esses são os números, e à custa de quê? À custa de investimento no setor social, na infra-estrutura, nas estradas.

As estradas brasileiras estão um desastre. Se você que me vê anda pelas estradas do Estado, sabe muito bem disso. Culpa-se o Governador do Estado, mas as rodovias são federais. O Governador deveria ter repassado R\$700.000.000,00 a Minas Gerais para cuidar de suas estradas, mas não o fez. Aliás, essa é a briga do Governador com o Governador Federal.

Os recursos da exoneração das exportações que deveriam voltar para Minas Gerais, por via do Governador Aécio Neves, não voltaram. Sua aplicação ampliaria a capacidade exportadora do País. Saliente-se que Minas Gerais é um dos grandes exportadores. O Governador Aécio Neves não repassa os recursos daquela verba que deixou de ser arrecadada em Minas para auxiliar o Brasil na exportação. Ora, e esse foi um compromisso assumido.

O Deputado João Leite apresentou um requerimento. Há mais sete requerimentos que podemos também apresentar. Sugerimos, por exemplo, que se realize um debate em Minas Gerais para saber por que os Bancos estão lucrando no Governador Lula. Queremos saber também por que os juros estão tão escorchantes. Redução de juros foi promessa de campanha. Não se compatibiliza crescimento com aumento de juros. Ou se reduzem os juros para permitir o crescimento ou se aumentam os juros para inibir o crescimento. Isso é claro, é óbvio. Sugerimos também discutir a matriz energética nacional. Nada foi feito ainda nesse aspecto. Discursos muitos, projetos muitos, propostas muitas, mas não vemos investimentos. Vamos discutir por que o Brasil, que tinha 36% de carga tributária, já está perto de 40%, passando para 42%. Não basta ter derrubado aquela medida provisória esdrúxula que havia sido proposta. A medida provisória que a equipe do Governador de Minas quer aprovar tem o objetivo de aumentar em 10% o desconto no imposto de renda.

Precisamos discutir em Minas Gerais se o povo brasileiro quer o aumento da carga tributária da forma como está sendo feito e, pior que isso, se quer a concentração de rendas no Governador Aécio Neves. O dinheiro arrecadado em Belo Horizonte e nos municípios mineiros vai todo para o Governador Aécio Neves.

O povo mineiro e o povo brasileiro precisam discutir por que o Governador aumenta a COFINS de 3,5% para 7%. Ora, isso significa menos

emprego, mais dificuldade para a geração de emprego e para o crescimento.

É preciso discutir o custo administrativo do Governo Federal, incluindo o Aerolula. Será que era prioridade para o povo brasileiro a compra do Aerolula?

Tudo isso é tema de requerimentos que precisamos apresentar e discutir. A Assembléia tem de entrar nesse debate. Minas Gerais não pode fugir dessa discussão. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite\* - Fui citado, mas não consegui entender por quê. Em momento algum me referi a nenhum Deputado. Apenas solicitei que os Deputados apoiassem meu requerimento, que nada tem a ver com o requerimento de outro Deputado ou de outros Deputados.

O Deputado Miguel Martini quer apresentar sete requerimentos completamente diferentes do meu. Todos eles interessam aos mineiros. Também eu propus um requerimento. São tantos os requerimentos propostos nesta Casa... Não entendi por que fui tão desrespeitosamente atacado.

É lamentável, porque devemos ter nesta Casa uma relação de respeito.

Não estamos em um palanque político-partidário, mas na Assembléia Legislativa, e, como parlamentar, representante do povo de Minas, tenho o direito de apresentar requerimentos. E penso que esse é um requerimento importante, como muitos outros que foram apresentados por colegas nossos e que, apreciados por esta Casa, já deram origem a várias discussões fundamentais, de que é exemplo a transposição do rio São Francisco, além de outras questões que estão sendo discutidas na Assembléia. Da mesma forma, vou apresentar esse requerimento para discutirmos a situação do nosso País, e creio que, nesse temário, poderemos discutir algo importantíssimo: o risco que a Federação está correndo em nosso País.

Tive a experiência de ver, neste Estado, como é o intervencionismo, que estamos vivendo agora em relação aos recursos públicos. A Assembléia Legislativa - e creio que poderemos tratar disso nessa discussão - tem de saber quanto sai de Minas Gerais para compor o bolo que está na mão do Governo Federal e quanto volta para o Estado. Temos de saber disso. Brasília não tem uma árvore em que nasça esse dinheiro; ele é arrecadado nas unidades da Federação, e é grande a contribuição de Minas Gerais para esse bolo, que, em meu entendimento, não está sendo utilizado da melhor maneira. Temos um crescimento grande do custo da máquina federal, e são funções-meio; não são funções finalísticas, tão importantes para o Estado. Então, temos de saber quanto está voltando para Minas Gerais.

Lamento esse acontecimento, porque apenas cumpri função inerente ao mandato que tenho: apresentar um requerimento. Assim, lamento ter sido atacado dessa maneira e não vou responder, mas quero dizer aos colegas, ao Presidente e aos telespectadores da TV Assembléia que este Deputado apenas apresenta um requerimento para promovermos uma discussão em todo o Estado de Minas Gerais, como fará todas as vezes em que sentir que há alguma questão cuja discussão seja importante. Por exemplo, pela última pesquisa sobre emprego e desemprego que foi realizada nas seis grandes regiões metropolitanas, novamente o índice de desemprego aumentou. Então, como falar em crescimento, se nosso povo está desempregado? Como falar em crescimento, se a maior parte dos desempregados tem entre 18 e 24 anos de idade? Não têm oportunidade alguma: oportunidade de trabalhar e de constituir sua família. Aliás, a família, base do País, está em risco, porque nossos jovens entre 18 e 24 anos de idade não estão tendo oportunidades. Como falar em crescimento no Brasil, se vemos pela televisão a saga da saída dos brasileiros para outro país, aliás um crescimento alarmante. Vemos brasileiros se arriscando e morrendo em travessias no deserto ou por um rio - sendo que grande parte nem sequer consegue entrar nos Estados Unidos -, e falamos em crescimento!? Ora, é urgente que façamos essa discussão e que esses recursos de Minas Gerais retornem ao Estado, para que repercutam em oportunidades para os nossos trabalhadores e trabalhadoras. Obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.350, que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando votação destacada para o veto ao inciso IV do art. 2º da proposição. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando votação destacada para o veto ao art. 3º da proposição. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando que os vetos aos dispositivos destacados sejam apreciados em uma única votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Esse veto é para rejeição, mas será difícil rejeitá-lo com o quórum que temos no Plenário. Por isso solicito a V. Exa. que suspenda a reunião até que os Deputados compareçam ao Plenário para termos quórum suficiente para a rejeição. Caso contrário, corremos o risco de não conseguirmos rejeitar o veto.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de quórum especial para a votação do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - O veto à proposição de lei é originário de um projeto do Deputado Adalclever Lopes que determina a inclusão de conteúdos referentes à cidadania nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. É um projeto muito importante. Sabemos que a educação, na perspectiva libertária, demanda currículos cada vez mais próximos da realidade local e regional, incorporando conteúdos que estimulem as crianças, os adolescentes e os jovens para o exercício da cidadania, da ação política e da ação solidária. É nesse sentido que entendemos a importância da derrubada desse veto. O bloco vai encaminhar pela derrubada do veto.

Esse projeto caminha na perspectiva que o Brasil assume atualmente. Parece que a base do Governo não estava muito interessada na votação dos vetos, mas o bloco, querendo agilizar as votações para o bom funcionamento do Legislativo, está aqui para votar os vetos. Esse veto pertence à linha defendida pelo Presidente Lula para o Brasil, com mais cidadania e políticas públicas sociais.

Não interfere no debate anterior, em que ouvi Deputados da base do Governo Estadual - que também pertencem à base do Governo Federal,

mas parece não terem ao Governo Federal a mesma lealdade que têm ao Governo Estadual - perguntando sobre os investimentos, para onde vão os recursos. Como no projeto do Deputado Adalcleber Lopes, os recursos vão para a cidadania em Minas Gerais.

Numa reunião passada, os Deputados do Governo Aécio Neves lembraram a necessidade de compararmos os investimentos. Criticaram a área social do Governo Lula, e o Deputado Rogério Correia fez uma intervenção falando sobre o Governo do Presidente Lula. Quero informar que o Governo Aécio Neves investe de R\$20.000.000,00 a R\$22.000.000,00 no seu projeto prioritário de inclusão social de famílias vulnerabilizadas. Esse projeto foi prioritário porque a sociedade apresentou emenda popular, pois não veio na carta de projetos prioritários. O Presidente Lula, por meio de seu Ministro Patrus Ananias, investe R\$1.500.000.000,00 em Minas Gerais nos programas de assistência e de transferência de renda. O Governo Aécio Neves, no conjunto dos 31 projetos estruturadores, não investe sequer R\$1.000.000.000,00. É até ridículo compararmos R\$20.000.000,00 com R\$1.500.000.000,00. Só o Ministério do companheiro Patrus Ananias investe 50% a mais do que tudo que o Governador investe em Minas Gerais. Vamos comparar proporcionalmente. Não farei a comparação direta, mas a comparação do orçamento do Estado com o orçamento da União, mostrando quantas vezes a mais o Governo Lula investe na cidadania, na área social, beneficiando aproximadamente, em Minas Gerais, 7.800.000 pessoas, o que representa 41% da população mineira. O recurso é de R\$1.500.000.000,00.

Poderíamos, em Minas Gerais, fazer essa discussão, comparando, com os outros projetos, quanto o Governo Federal repassa ao Projeto Pró-Acesso, que, no ano passado, foi administrado com verbas da CIDE, reclamadas por alguns Deputados desta Casa. A revitalização foi iniciada, em Minas, com a transferência de recursos federais, e não de recursos estaduais.

Encaminhamos pela derrubada do veto. Assim como o projeto do Deputado Adalcleber Lopes aponta para a cidadania, os programas sociais, tão exitosos e incomparavelmente superiores aos do Governo Estadual, também apontam nesse sentido. Por isso rejeitamos o veto.

O Sr. Presidente - A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação o veto, salvo destaques.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados, votaram "não" 40 Deputados. Está, portanto, rejeitado o veto, salvo destaques. Em votação, os vetos ao inciso IV do art. 2º e ao art. 3º da proposição.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 30 Deputados, votaram "não" 14 Deputados, totalizando 44 votos. Está mantido o veto ao inciso IV do art. 2º e ao art. 3º da Proposição de Lei nº 16.350. Fica, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.350 (- À promulgação.), exceto o veto ao inciso IV do art. 2º e ao art. 3º da proposição. (- Oficie-se ao Governador do Estado.)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.349, que altera incisos dos arts. 2º e 3º da Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação, pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 4 Deputados, votaram "não" 40 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.349. À promulgação.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.362, que altera o art. 2º da Lei nº 12.971, de 27/7/98, que torna obrigatória a instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos as seguintes Deputadas e os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Ermano Batista - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 3 Deputados, votaram "não" 41 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 16.362. À promulgação.

#### Declaração de Voto

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Quero agradecer aos nossos pares a rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.349, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado de Minas Gerais. Realmente iniciamos esse projeto buscando o entendimento da Casa. Temos acompanhado o índice de violência no Estado e no Brasil com o espírito voltado à defesa da vida. Buscamos também o amparo e a assistência às testemunhas. O Deputado João Leite, quando era Secretário e agora como Deputado, também fez um trabalho magnífico nesta Casa. Apresentamos esse projeto, que foi rejeitado pelo Governador, mas hoje, por meio do entendimento, conseguimos mantê-lo. A nossa preocupação é a garantia das testemunhas, aquelas pessoas que participaram dos processos, tendo em vista a manutenção da verdade. São momentos importantes em que a Assembléia Legislativa nos dá esta demonstração de transparência para que a polícia possa garantir às testemunhas a sua própria vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e desconvocando a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/4/2005

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende e Biel Rocha (substituindo este ao Deputado Jésus Lima, por indicação da Liderança do PT) e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de comunicação do Deputado Leonardo Quintão, Presidente da Comissão (publicado no "Diário do Legislativo" do dia 1º/4/2005). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 4.055 a 4.063, 4.069 a 4.076, 4.085 a 4.093, 4.103 a 4.112, 4.120 a 4.130, 4.170, 4.171, 4.174, 4.176, 4.184 a 4.204, 4.208 a 4.210, 4.213, 4.216 a 4.227, 4.229 a 4.231, 4.235 a 4.244, 4.274, 4.278, 4.331 a 4.335, 4.338 a 4.343, 4.348 e 4.354/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Edson Rezende e Biel Rocha solicitando que seja realizada audiência pública da Comissão, no Município de Juiz de Fora, com o objetivo de se discutir uma possível desativação da empresa Mercedes Benz, instalada nesse município, bem como os impactos sociais e econômicos da medida na região da Zona da Mata; e Carlos Pimenta solicitando que seja realizada audiência pública da Comissão com o objetivo de se viabilizarem entendimentos para a redefinição dos limites territoriais dos Municípios de Capelinha e Veredinha. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2005.

Edson Rezende, Presidente - Biel Rocha - Jésus Lima.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 12/4/2005

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)



Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.303, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.369, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.374, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 12/4/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.917/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.920/2004, da Comissão Especial da Silvicultura; 1.933/2004 e 2.140/2005, do Deputado Doutor Viana; 1.946/2004, do Deputado Márcio Kangussu; 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 2.021/2004, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.037/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.041/2005, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres; 2.080, 2.122 e 2.123/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.082/2005, do Governador do Estado; 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.110/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.130/2005, do Deputado Zé Maia; 2.132 e 2.148/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.135/2005, do Deputado Weliton Prado; 2.136/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.141/2005, do Deputado Fahim Sawan; 2.151 e 2.153/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.157/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; Projeto de Resolução nº 2.017/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.755/2004, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.018 e 2.019/2004 e 2.158/2005, do Deputado André Quintão; 2.022/2004, do Deputado Padre João; 2.025/2004, do Deputado Leonídio Bouças; 2.032/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.033/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.039/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.042/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.048/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 2.050/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.053, 2.054, 2.056, 2.057 e 2.058/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.071/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.076/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 2.078, 2.079 e 2.169/2005, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.084/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.100, 2.101, 2.129 e 2.138/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.105/2005, do Deputado Mauri Torres; 2.120/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.142/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.143/2005, do Deputado Ricardo Duarte; 2.150/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.162/2005, do Deputado Elmiro Nascimento; 2.164/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.165/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.167/2005, do Deputado Márcio Passos; 2.174/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 12/4/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.858/2004, da Comissão de Participação Popular; 4.011 e 4.300/2005, do Deputado Sebastião Costa; 4.038, 4.175, 4.298 e 4.349/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.051/2005, do Deputado Gil Pereira; 4.079 e 4.206/2005, do Deputado Célio Moreira; 4.094/2005,

do Deputado Djalma Diniz; 4.118 e 4.370/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.163, 4.304 e 4.359/2005, do Deputado Weliton Prado; 4.179 e 4.307/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 4.212/2005, do Deputado Roberto Carvalho; 4.215/2005, do Deputado Dimas Fabiano; 4.251 e 4.252/2005, do Deputado Marlos Fernandes; 4.256 e 4.257/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 4.275/2005, da Deputada Ana Maria Resende; 4.321/2005, do Deputado Márcio Kangussu; 4.328/2005, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 14/4/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.411/2004, da Deputada Jô Moraes; 1.734/2004, do Deputado Fábio Avelar; 1.809/2004, do Deputado Roberto Ramos; 1.997/2004, do Deputado Padre João; 2.003/2004, do Deputado Mauri Torres.

Requerimentos nºs 4.369/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.373 e 4.374/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 4.376 e 4.382 a 4.384/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 12/4/2005, destinada ao encerramento do Encontro Regional Desafios da Agenda Municipal 2005.

Palácio da Inconfidência, 11 de abril de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/4/2005

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, repetirei as palavras de D. Serafim: "O mundo está órfão. Eu, particularmente, estou me sentindo órfão".

Creio que todos os católicos se sentem órfãos, porque o Papa é pai - claro que na dimensão da terra. Os católicos sentem o vazio provocado pela morte desse homem, também chamado de peregrino de Deus, de missionário e de homem da paz.

Cada jornal, em cada país do mundo, encontrou sua forma de noticiar a passagem do Papa João Paulo II para a eternidade. Estamos protocolizando um requerimento em que solicitamos a esta Casa que preste homenagens póstumas a esse homem. Não só os católicos, mas também o mundo inteiro o reconhece como um homem da paz.

Passarei rapidamente parte do histórico da sua vida, em que se incluem dois momentos muito significativos para mim. Quando o Santo Padre veio pela primeira vez ao Brasil, eu era menos jovem do que sou hoje, mas já coordenava um movimento jovem no Rio de Janeiro. Na época, fui convidado para fazer parte do coral que cantou na missa realizada no aterro do Flamengo. Confesso a todos - e já falei em muitos lugares -, quando recebi o convite, não lhe dei muita importância. Todavia, quando estive muito próximo dele, um enorme carinho foi despeitado no meu coração. Ao sair daquele encontro, quis ver os jornais, as fotos, as revistas que mostraram o evento, tão forte era o carisma que ele possuía. Ouvi muitas pessoas que passaram pela mesma experiência ressaltar o seu carisma, a sua santidade.

O segundo momento foi quando tive a honra, o prazer de estar com ele no Vaticano. Todos os que já foram lá sabem que não se pode levar máquina fotográfica. O fotógrafo registrou exatamente o momento em que eu beijava a mão do Papa. Se eu tivesse treinado, não teria dado tão certo. Foi um encontro extraordinário. Recebeu-nos como um pai. Adentrou à sala dizendo: "Sejam bem-vindos, a casa é de vocês". Depois, foi conversando com um e com outro. Quando descobriu que éramos mineiros, perguntou por D. Luciano, que é daqui. Perguntou também pelos Bispos de Minas Gerais. Quando ele e o Vice-Presidente da República acabaram de se falar, ele se levantou, veio em nossa direção e falou: "Vamos tirar uma foto juntos?" Chegou até a romper o protocolo, pois se sentia como um pai com seus filhos. Em seguida, como já disse, tive a felicidade de beijar-lhe a mão, momento registrado pelo fotógrafo. Guardo - e vou guardar - essas lembranças para o resto da vida.

Esse era o homem João Paulo II. Quatrocentos e cinquenta anos depois de termos bispos italianos como Papas, como uma obra de Deus, ele rompe esse cerco. Veio de um país comunista, tinha uma experiência dolorosa com a guerra e sofreu no seio da própria família, mas foi alçado à condição de Papa. Visitou mais de 120 países, fez mais de 150 viagens por todos os continentes. Como ocorreu com o Brasil, visitou muitos países duas ou três vezes.

O Papa João Paulo II, quando atacado por vários lados, ao ouvir alguém dizer que deveria renunciar, proferiu frase fantástica: "Se Cristo tivesse descido da Cruz, eu poderia renunciar. Como Cristo não desceu da cruz, levarei a minha até o final". Ele pôde dizer, como Paulo: "Combati o bom combate, terminei minha carreira, guardei a fé, agora resta-me receber a palma da vitória, que me está reservada desde a fundação do mundo".

Karol Wojtyła, segundo revelação de Nossa Senhora, em Fátima, seria alvo de atentado. Ele, à época, pediu que fosse revelado o segundo segredo, com o que sofreu. A profecia foi feita em 1917, três anos antes de ele nascer. Em 1936, a Irmã Faustina, Santa Faustina, que teve seu processo de beatificação iniciado pelo então Cardeal Karol Wojtyła, foi declarada santa e canonizada pelo próprio Papa João Paulo II. Santa Faustina, em 1936, teve uma revelação e disse que Jesus havia dito a ela que orasse pela Polônia, porque, se aquele país se convertesse, tiraria dele aquele que prepararia a sua segunda vinda. Karol Wojtyła tinha 16 anos nessa época.

Queremos deixar registrado testemunhos e experiências que, sem dúvida alguma, repetiram-se milhares de vezes em milhões de corações. Particularmente, senti muito. Estávamos no meio de uma celebração, quando veio a primeira notícia de que a mídia internacional havia se precipitado ao anunciar a morte do Papa, o que ainda não havia ocorrido. Já havia expectativa do mundo inteiro de que a morte do Papa pudesse acontecer a qualquer momento. D. Serafim celebrava a missa quando noticiou o fato com voz embargada. As lágrimas corriam dos olhos dos outros participantes da celebração.

O mundo inteiro reconheceu o trabalho desse homem que recebeu uma missão e sucedeu o Papa João Paulo I, que teve apenas 33 dias para mostrar a face de Deus. Karol Wojtyła veio, aos 58 anos de idade, ainda muito jovem, pegar o bastão e conduzir a Igreja. Foram várias encíclicas e várias viagens. No entanto, o que mais marcou as pessoas foi a própria figura do Papa João Paulo II, o modo tão condescendente e respeitoso com que tratava todas as culturas e povos. Foi ele quem fez o encontro das diversas religiões em Assis.

D. Serafim nos contou uma experiência vivida com ele, extremamente significativa. Uma criança judia havia ficado órfã e sido adotada por um cristão.

E pede então ao Papa que a batize. Não sei se ainda era padre ou bispo, mas ele disse: "Não, não, ela é judia. Deixe ela crescer e, quando estiver adulta, escolherá se quer continuar judia ou quer se tornar cristã".

Os judeus passaram a respeitá-lo tremendamente a partir daí. Os islâmicos, os budistas, os ortodoxos, todos o respeitavam porque ele entendia perfeitamente o que Paulo deixou na sua carta aos romanos: "Cada um proceda de acordo com a sua convicção". E ainda mais: "Quando não se procede conforme a sua convicção, então é pecado".

Mas o Papa foi muito firme em defesa da palavra de Deus, das verdades da fé e da doutrina. Criticado por muitos, não abriu mão do princípio de que a vida não estava em jogo ou em negociação. A vida é dom de Deus, e só Ele pode tirá-la. Ele teve tempo de manifestar-se sobre aquela americana que acaba de morrer nos Estados Unidos. Eles a assassinaram, pouco a pouco, deixando-a morrer. Foi contra o aborto e a união de homossexuais. Esteve sempre em defesa da família e intransigente na defesa da verdade.

O Papa João Paulo II marca um divisor de águas na história da humanidade, pela sua postura, pelo seu espírito missionário, pelo seu coração aberto, pela sua firmeza, pela sua coragem em denunciar a violação dos direitos humanos e o desrespeito à soberania. De um lado e de outro, porque aos capitalistas disse que deveriam perdoar as dívidas do Terceiro Mundo.

Esse Papa passa para a história como aquele que veio restaurar verdades que já estavam sendo esquecidas ou deturpadas. Se, por um lado, ele tinha o coração aberto e acolhedor para respeitar o outro, ele também era intransigente a respeito da verdade e da doutrina.

Há pouco tempo, em um programa de televisão, perguntaram-me se a Igreja deveria mudar determinados conceitos. Respondi que verdade não se muda. Posiciona-se a favor ou contra a verdade, mas ela não muda. Se muda de acordo com as circunstâncias, então não é verdade.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Deputado Miguel Martini, o mundo perdeu o Arauto da Paz. Tive a bênção e a graça de estar próximo do Papa por oito vezes e a oportunidade de cumprimentá-lo, de ser abençoado e conversar com Sua Santidade por três vezes. Após o Domingo de Páscoa, eu sempre acompanhava a equipe da Rádio Itatiaia, e, após a bênção do Papa na janela do Vaticano, ele recebia todas as delegações.

Eu e minha esposa tivemos o privilégio de ser cumprimentados pelo Papa João Paulo II, antes de ele ficar doente, praticamente por três anos seguidos. Quando ele chegou, recebeu todas as delegações e jornalistas de todo o mundo, falando com cada um. Quando se aproximou de nós, mostrou o carinho que tinha pelo povo brasileiro.

Há uma linda passagem da minha esposa com o Papa. Quando ela lhe pediu a bênção e beijou-lhe a mão, ele a puxou, entregou-lhe um terço e disse que a abençoava, bem como a toda a sua família e a todos os brasileiros. Por várias vezes, tivemos a oportunidade de ficar próximos dele. Por meio desta Casa, tivemos a oportunidade de ir ao Vaticano com a equipe da Rádio Itatiaia.

Aproximadamente por 25 anos, o Papa concedeu a bênção no Domingo de Páscoa; entretanto, a cada ano, a saúde do Papa piorava. Nos últimos anos, ele não conseguia sequer chegar até a calçada, dando a bênção de sua cadeira, na Praça de São Pedro. Sabíamos que sua morte se aproximava. Sempre me perguntava se aquele seria seu último ano. Este ano tivemos a péssima notícia de ver o Papa dar a bênção pela última vez.

Tive o prazer de estar próximo ao Papa por oito vezes. Tive duas grandes emoções na vida: o nascimento de minha filha Júlia e a primeira vez que cheguei perto do Papa. Obrigado.

O Deputado Miguel Martini - O Papa João Paulo II falava 16 línguas e era doutor em Teologia e em Filosofia. Além da experiência de ter sido um operário, estudou Teologia clandestinamente, em razão da perseguição que havia naquela época. Ele foi sacerdote e defendeu sua tese em Teologia Moral.

Uma pessoa assim só aparece de 100 em 100, de 500 em 500, de 1.000 em 1.000 anos. O Papa perdeu sua mãe, seu irmão, seu pai e toda a sua família; porém, Deus lhe reservou uma família muito maior, não só um bilhão de católicos no mundo inteiro, como também todas as pessoas que ele acabou conquistando.

O Bispo Karol Wojtyla publicou cinco livros, escreveu mais de 500 artigos, algumas comédias e diversas poesias. Além do polonês, o Papa falava latim, italiano, francês, inglês e tantas outras línguas, num total de 16 idiomas.

Mais tarde, como Papa, expressou-se em vários outros idiomas, especialmente para suas viagens apostólicas.

No dia 16/10/78 foi eleito Papa e assumiu o nome de João Paulo II. Sucedeu a João Paulo I, que havia ficado apenas 33 dias como Papa. Em seu pontificado foi concluída a redação do Código de Direito Canônico, reformulado com base no Concílio Vaticano II, cuja finalidade é criar na sociedade eclesial uma ordem que, dando primazia ao amor, à graça e aos carismas, facilite ao mesmo tempo o seu desenvolvimento orgânico na vida, seja da sociedade eclesial, seja de cada um de seus membros; foi redigido e promulgado o catecismo da Igreja Católica, compêndio doutrinário para servir de texto de referência, seguro e autêntico para o ensino da doutrina católica e, de modo muito particular, para a elaboração de catecismos locais; além de cartas apostólicas, discursos apostólicos, encíclicas, exortações, mensagens e homilias marcadas pelo ardor missionário e pela busca pela paz e da justiça entre as nações. Apoiou os esforços ecumênicos animados pelo santo desejo da unidade de todos os cristãos, mostrando com exatidão o conteúdo e a harmoniosa coerência da fé católica e realizou consistório, com nomeação de novos Cardeais.

Tínhamos tanto a dizer, Sr. Presidente, mas o nosso tempo é pequeno.

A revista "Time" elegeu João Paulo II o Homem do Ano em 1994, justificando assim a sua escolha: "Em um ano em que tantas pessoas lamentam a deterioração dos valores morais ou buscam pretextos diante de um mau comportamento, o Papa João Paulo II levou adiante, com determinação, sua visão de uma vida reta, e convidou o mundo a fazer o mesmo. Por essa retidão, ele é o Homem do Ano.". Em matéria de 25 páginas, a revista apresenta a biografia do Papa, com destaque para suas alegrias e seus sofrimentos, suas angústias pela situação da Bósnia e por outras guerras no mundo, pela decadência dos valores morais e, sobretudo, sua preocupação com a santidade do ser humano, para o qual, segundo o texto, o Papa é uma força moral.

O mundo inteiro se comoveu com o seu sofrimento e a sua luta pela vida. Milhares passaram em vigília orando pelo Papa, pelo pastor e pelo amigo, que, em seus últimos momentos, preferindo permanecer em seus aposentos particulares no Palácio Apostólico, deixa à humanidade a certeza de que seu coração sempre esteve e estará bem junto a todos.

Com tudo isso, como dito na Itália, Cristo abre as portas do céu para o Papa. Até breve, Papa João Paulo II! Muito obrigado pela sua vida, pelo seu testemunho.

Por esses motivos, apresentamos o seguinte requerimento: "O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja realizada reunião especial no Plenário desta Casa em homenagem póstuma a S.S. o Papa João Paulo II, falecido em 2 de abril do corrente ano.".

Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão. Lembro, mais uma vez, o que o Deputado Célio Moreira disse: amanhã, o Arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, D. Walmor, juntamente com padres, políticos e líderes de Minas Gerais, celebrará missa no Hall das Bandeiras, às 20 horas, em homenagem ao Papa João Paulo II.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Laudelino Augusto\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mineiras e mineiros, no corre-corre da Assembléia, às vezes não temos tempo de prestar conta dos nossos trabalhos. Na semana passada, gostaríamos de ter dado uma notícia, ou seja, de ter prestado conta da nossa viagem a Genebra, na Suíça, para analisar a questão da água.

Há uma comoção mundial pelo falecimento do Papa João Paulo II. Todos estão consternados. Inicialmente manifesto os sentimentos da nação cristã católica. A esperança nos anima. A exemplo do próprio Bom Pastor, Jesus, o Papa passou a vida fazendo o bem. Aliás, a sua vida tem sido cantada e anunciada a todos nós. Devemos aprender com essa bonita vida, exemplo para a humanidade.

Destaco uma breve reflexão que nasce do coração. Obviamente falam muito sobre o Papa, por meio dos meios de comunicação, e ainda haverá muitos encontros e debates. Aliás, é bom que sejam realizados, pois devemos debater bastante o pensamento do Papa para o mundo atual. Qual foi a atuação do Papa João Paulo II quanto à ação dos cristãos no mundo, ao nosso trabalho como católicos, cristãos ou pessoas nas realidades do mundo? Essa questão nos diz respeito diretamente. Aliás, a exortação apostólica "Christi Fideles Laici", que tem como título a Evocação e a Missão dos Cristãos Leigos, dos Fiéis Cristãos Leigos, na Igreja e no Mundo, deixa clara a nossa vocação na Igreja, na instituição e no mundo.

Nesse aspecto, o Papa João Paulo II foi avançado, pois nos cobrava e nos incentivava a atuar nas realidades do mundo. O seu antecessor Paulo VI dizia que o campo próprio de atuação dos cristãos, de leigos e de leigas é exatamente o mundo da economia, da política, da família, da educação, das profissões, da cultura e da ciência. O Papa João Paulo II completou isso, chamando-nos a atenção para a nossa atuação no mundo.

No início da exortação apostólica a que me refiro, da vocação e da missão dos cristãos na Igreja e no mundo, ele mostra que o grande desafio é, e continua sendo, fazer com que a maravilhosa teoria sobre os leigos, emanada do Conselho Ecumênico Vaticano II, se transformasse ou se transforme numa autêntica prática eclesial. Quer dizer, que a doutrina, a teoria, o que se diz e o que se escreve, os documentos da doutrina social e do ensinamento como um todo sejam autênticas práticas eclesiais. Ele realizou isso concretamente.

Como membro cristão leigo da Igreja Católica; do Conselho Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas do Brasil, do laicato brasileiro; da executiva nacional do Conselho Nacional de Leigos, durante um mandato; como cristão de base, de ação, das pastorais sociais, das comunidades eclesiais de base e Presidente do Conselho Regional Leste II, por dois mandatos - Minas Gerais e Espírito Santo -, posso dizer isso. Essas palavras saem do meu coração. Esse é o meu testemunho. João Paulo II foi um Papa que reconheceu, incentivou-nos, cristãos, leigos e leigas, e defendeu a organização e a liberdade associativa dos cristãos leigos e leigas. No documento "Christi Fideles Laici", ele diz esta frase: "A liberdade associativa dos fiéis leigos promana do batismo, não é concessão de autoridade eclesiástica alguma". Essas palavras mostram como confiava na nossa atuação e na nossa formação.

Ele tinha, também, essa preocupação com a formação dos leigos. Em uma de suas cartas mandadas aos Bispos do Brasil em novembro de 1986, lembrava o grave dever de os pastores se formarem como militantes cristãos para a competência política e para uma espiritualidade adequada. Vejam só, formar militantes cristãos para a competência política e uma espiritualidade adequada. Precisamos disso tudo, meus senhores e senhoras, todos que estão nos ouvindo e nos vendo pela TV Assembléia, os que estão aqui presentes nas galerias, Deputadas e Deputados. Repito, competência política e espiritualidade, a fim de não cairmos nas benesses do poder e termos cuidado com as tentações desse poder. O Papa chamava a atenção para essa questão, preocupado que estava com a nossa fidelidade, com a nossa atuação e com a transformação da sociedade.

Faço esse destaque e espero que, em outros momentos, tanto na Assembléia como na sociedade em geral, nas igrejas, nas ciências, na cultura, promovamos eventos de discussão do pensamento social do Papa João Paulo II, pois ele trouxe, e ainda trará, uma grande contribuição para a humanidade. Isso é unânime. Todos, desde o Presidente imperialista norte-americano até os países socialistas, de norte a sul, de leste a oeste, de igrejas de várias religiões, são unânimes em reconhecer a contribuição de João Paulo II para a história da humanidade.

No nosso caso, como cristãos atuando na política, ele foi muito decisivo e continuará sendo. Estou aqui hoje atuando desta tribuna, já disse isso aqui o ano passado, graças - e muito - a João Paulo II. Foi ele um Papa que "puxou nossa orelha", chamou a atenção dos pastores, dos cristãos bispos, dos cristãos padres, dos cristãos diáconos, dos cristãos religiosos e dos cristãos leigos, para que fôssemos fiéis, para que fizessemos a nossa fé, atuando na sociedade sem sermos coniventes com o sistema econômico, político, explorador e que produz mortes, que atuássemos politicamente para transformar a realidade. Devemos isso ao Papa João Paulo II. Continuaremos estudando seus ensinamentos e nos aprofundando neles.

A nossa homenagem a esse que foi um grande cristão, o cristão bispo de Roma, que, carinhosamente, chamamos de Papa.

Um outro assunto que trago à tribuna diz respeito a nossa ida a Genebra. Estive lá de 14 a 22 de março, representando a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como criador e Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas, e também como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Estava na Suíça, quando fiquei sabendo que seria o Presidente dessa comissão, inclusive me apresentei lá como o futuro Presidente.

Tratava-se do 2º Fórum Alternativo Mundial das Águas. O primeiro foi em Florença, na Itália.

Na delegação brasileira estava a Defensoria da Água, que é uma entidade, assim como várias outras. Lembro aqui, especialmente, a CNBB, a fundadora a partir da Campanha da Fraternidade do ano passado, e também o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral da União. Eram três Deputados Federais, um Deputado Estadual, Vereadores, Presidentes de organizações não governamentais, a própria Defensoria da Água, discutindo o tema da questão da água no mundo. Um assunto muito sério.

O objetivo foi desenvolver e promover instituições e políticas públicas que permitam o acesso de todo ser vivo à água potável, além de uma gestão democrática, solidária e sustentável da água.

Os temas foram os seguintes: Água como Bem Comum; Água como Bem de Todos; O Financiamento Público da água; e A Gestão Democrática da Água.

Conjuntamente, foi realizado o 1º Encontro Mundial de Parlamentares Unidos pela Água. Havia parlamentares de vários países dos cinco continentes. Discutimos exatamente estratégias para estabelecer que a água seja direito de todos e para reconhecer a água como um bem público, as estratégias para estabelecer o financiamento público da água e a gestão pública da água. Foram feitas várias discussões e sugestões pelos parlamentares. No último dia, dia 20, houve uma reunião especial no parlamento de Genebra, quando pudemos usar a palavra oficialmente. Faço aqui um resumo do que falamos no Parlamento de Genebra. Inicialmente, emocionado, lembrei-me daquela frase da Comuna de Paris, que já citei várias vezes nesta Assembléia, mas que era providencial em Genebra: "Estamos aqui pelo bem da humanidade". Há 150 anos essa frase foi pronunciada na Comuna de Paris. Água é o bem da humanidade. Água no passado, no presente e um bem para o futuro da humanidade. Dizia ali: água é para a vida, e não para a morte, o refrão do movimento dos atingidos por barragens. Esse é o grito, anúncio e denúncia das nações indígenas que sofrem por verem suas águas ameaçadas, poluídas e diminuindo, vítimas de grandes mineradoras, madeireiras e grandes fazendeiros ávidos pelo lucro a qualquer preço. Água é para a vida, não para a morte. É a lamentação e o grito de socorro de comunidades ribeirinhas atingidas por barragens construídas indiscriminadamente, com licenças ambientais muitas vezes irregulares e praticamente sendo expulsas de sua terra. Água é para a vida, e não para a morte. Esse também é o brado e o apelo de populações inteiras do Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais, a maior província hidromineral do planeta e de outras regiões brasileiras. Vítimas de empresas transnacionais que esgotam mananciais e desmineralizam as águas que levam centenas, milhares de anos para adquirirem suas características físicas, químicas, terapêuticas, crenológicas, como é o caso da Nestlé Waters em São Lourenço, já divulgado, tramitando na justiça.

Com relação ao texto final, que foi publicado no encontro de parlamentares, fizemos a seguinte declaração: "Solicitamos que a água não fosse colocada apenas como direito fundamental dos seres humanos, mas que fosse colocada como direito fundamental de todo ser vivo. Todos os seres vivos precisam da água, não só a vida humana".

Deixamos também uma preocupação: a água como bem público universal. A palavra "universal" pode dar um argumento para as transnacionais continuarem explorando nossas águas minerais, de superfície, subterrâneas, como é o caso da Amazônia, do aquífero do Guarani e das estâncias hidrominerais.

Um terceiro item de que falamos na tribuna do Parlamento de Genebra foi uma mensagem. "Os índios chamam a terra de mãe, os rios de veias e as águas de sangue". O cacique Seattle, dos Estados Unidos, quando da colonização norte-americana, chamou a atenção quando viu a destruição da natureza. Falou: "Tudo o que vocês fizerem à terra estão fazendo para os filhos da terra.". Pedimos licença àquele grande cacique para dizer hoje: tudo o que fizermos de bem, de preservação, de defesa da terra, da água, estamos fazendo para os filhos da terra, nossos filhos e gerações futuras.

Estamos publicando o texto final do fórum e queremos concluir da seguinte maneira:

Ficou claro para nós aquela frase muito dita: "Pensar globalmente e agir localmente". Isso ficou bem entendido nesse encontro mundial. Todos estão no mesmo barco, o que acontecer à Terra acontecerá a todos, mas a ação deve ser local.

Em Genebra, em meio a uma discussão de assuntos do mundo todo, lembrei-me das fontes de água mineral de Caxambu, de São Lourenço, de Lambari, de Cambuquira, de Passa-Quatro, aquelas fontes maravilhosas. Lembrei-me ainda das nascentes de água e das cachoeiras. É importante que haja uma ação de preservar nascentes. Uma pequena nascente deve ser preservada, para que o mundo todo também seja preservado.

Concluo dizendo que estivemos em Genebra pelo bem da humanidade, e espero que também estejamos aqui, atuando, fazendo leis, fiscalizando e garantindo um meio ambiente saudável, em prol da humanidade. O presente e o futuro da humanidade dependem da água, de um ambiente saudável. Dessa forma, espero que a cada dia mais nos preocupemos com isso, unindo forças, a exemplo do Papa João Paulo II, que andou o mundo todo pregando a paz e o bem. A paz é fruto da justiça, e a justiça passa pelas nossas ações.

Agradeço a todos a atenção, manifestando novamente o sentimento de esperança neste momento histórico que atravessamos.

\* - Sem revisão do orador.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, o Deputado Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores, o que me traz hoje à tribuna é uma história de dez anos, que começou em Minas Gerais, especificamente na cidade de Juiz de Fora, quando uma empresa transnacional montadora de carros, a Daimler Chrysler, anunciou a sua intenção de investir no Brasil, por meio de uma montadora da Mercedes-Benz.

Em 1996, dois anos depois, o Governo de Minas assina um protocolo de intenções com a então Mercedes-Benz para a construção da fábrica em Juiz de Fora, cujo projeto original previa a produção de 30 mil carros. No entanto, logo no ano de 1999, essa previsão caiu para a casa dos 25 mil carros. Mas, na verdade, no final daquele ano, somente 14 mil carros do tipo Classe A foram produzidos, dentro de uma estimativa inicial de 25 mil.

A montagem do carro Classe A progressivamente foi caindo, ou seja, diminuindo a sua produção, chegando em 2001 a somente 9 mil automóveis montados; em 2004, 5 mil; e, em 2005, há uma previsão de montagem de somente 3.660 carros, com uma redução da jornada de trabalho de 40 para 20 horas, sendo que nas quartas-feiras não há nenhum trabalho de montagem na Mercedes-Benz.

E agora, no dia 1º de abril deste ano, a Daimler Chrysler anuncia que não mais estará montado o modelo Smart for More em Juiz de Fora. E o círculo da montagem do Classe A encerrar-se-á no segundo semestre de 2005.

A fábrica Mercedes-Benz anunciou que está fechando as portas e fez um contrato precário com os empregados atuais, cerca de 1.160. Na verdade, deveria haver 1.500 empregados, segundo o último contrato assinado, mas já há uma defasagem de mais de 300.

A fotografia do jornal "Hoje em Dia", com vista aérea, mostra-nos a fábrica com cerca de duas dezenas de carros estacionados, ou seja, ela está encerrando suas atividades.

Em 1996, anunciou-se um outro cenário. A fábrica foi construída com um protocolo de intenções e iniciou suas atividades em 1999, com a promessa de que geraria cerca de 5 mil empregos diretos e indiretos. O Governador de então, Eduardo Azeredo, dizia aos quatro ventos que, na verdade, seriam gerados 15 mil empregos para toda a região.

Nós, da cidade de Barbacena, tínhamos muitas esperanças, pois diziam que, em um raio de 100km, seriam gerados muitos empregos já que várias outras médias empresas precisariam atuar e produzir insumos para a montadora Mercedes-Benz.

Essa promessa está registrada nesse documento, enviado por Walter Sanches e datado de 31/7/96, com as vantagens e concessões obtidas pela empresa para montar sua fábrica em Juiz de Fora. Houve a doação de um terreno de 2.600.000m<sup>2</sup>, o qual não estava preparado. Foi necessário um trabalho de infra-estrutura. Precisaram romper uma montanha de pedras, retirar vários moradores e desapropriar suas casas com a promessa de que a Mercedes-Benz seria a salvadora no que se refere à geração de empregos e ao desenvolvimento de Juiz de Fora e região.

A Prefeitura da cidade, pasmem, precisou fazer o desvio do rio Paraibuna; construir um terminal rodoviário, uma ponte e um ramal ferroviário; aperfeiçoar o acesso rodoviário e fazer uma ligação de longa distância para o fornecimento de gás natural, o que lhe custou R\$20.600.000,00 e um prazo de 150 dias de construção.

Além disso, é necessário mencionar: a reserva de 100 apartamentos em Juiz de Fora para os funcionários mais importantes da montadora; as instalações provisórias de 2.200m<sup>2</sup> cedidas em comodato pela Belgo-Mineira Participações; o programa de treinamento e capacitação de fornecedores da fábrica oferecido pelo SEBRAE-MG; o programa oferecido pelo SENAI-MG para o treinamento dos seus funcionários; a isenção de impostos estaduais, como o ICMS e o ITBI, por dez anos; a isenção de impostos municipais, como o IPTU, o ISS e outros, por dez anos; a cessão de R\$112.000.000,00 do Programa de Indução à Modernidade - PROIM -, de R\$325.000.000,00 do BDMG e de R\$1.056.000.000,00 do FUNDIEST, criado especialmente para atrair a primeira fábrica de automóveis fora do país-sede.

Esse é o investimento que temos em mãos, e podemos encontrar muito mais, se formos verificar e fiscalizar com os instrumentos que possuímos.

Enfim, foi nisso tudo que a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e Minas Gerais investiram a troco do desenvolvimento da cidade e da região. Agora, dispomos de um negócio, realizado pelo Governo do Estado de então, com nossos recursos e em nosso nome, fadado a se encerrar com o fechamento dessa empresa. Se tivessem investido nas pequenas e nas médias empresas, poderíamos ter mudado a face de Juiz de Fora e da região; no entanto, além de o negócio não ter gerado os empregos necessários, não provocou o desenvolvimento esperado. E o que diremos em relação aos mais de 1.160 empregados que ficarão no olho da rua? O que diremos em relação às empresas fornecedoras, como a TN, a Continental Pneus e a Johnson Controls, que estão deixando as cidades para se dirigirem a outras localidades? Enfim, gostaríamos de saber qual será o impacto econômico para a cidade e para os milhares de trabalhadores, pois, diretamente, muitos perderão o emprego, e, indiretamente, outros tantos.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Nobre Deputado Edson Rezende, parabênizo V. Exa. pelo enfoque dado a esse assunto tão importante para a Zona da Mata e para as famílias dos trabalhadores, que estão apreensivos com essas notícias que dizem respeito à renúncia fiscal.

Muitas vezes, em nome de uma guerra fiscal, as grandes empresas transnacionais não geram os empregos prometidos e tratam o País como bagaço de laranja. Chupam e, quando já não lhes interessa, jogam fora, tomando decisões rigorosamente sob a lógica do mercado.

V. Exa. levantou dados fundamentais, ou seja, quanto foi investido de recursos municipais e estaduais e de financiamento de instituições estatais. É muito importante que V. Exa. e o Deputado Biel Rocha, em nome do Bloco PT-PCdoB, tratem da questão pensando nos trabalhadores e no desenvolvimento da região, colocando também o dedo nessa ferida. Alardeia-se que Minas está com uma situação

econômica crônica há anos, e quantas renúncias fiscais foram realizadas!? Qual foi o retorno social? Parabéns pela exposição de V. Exa. Esperamos que, com o esforço de todos, essa decisão possa ser mudada.

O Deputado Edson Rezende - Muito obrigado, Deputado André Quintão. A partir dos fatos levantados e do contato do Deputado Biel Rocha com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, nós, da reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, assim que recebemos a notícia, colocamos em votação um requerimento meu e do Deputado Biel Rocha, para que a Comissão estivesse presente em Juiz de Fora.

Em nome do Bloco PT-PCdoB, destaco a nossa discussão de anos a fio sobre essa temática e aquele momento em que o então Governador Olívio Dutra, do PT, renunciou à possibilidade da instalação da Ford nas terras de Porto Alegre, porque o Estado teria de investir quase R\$400.000.000,00 em renúncia fiscal, como ocorreu em relação à Mercedes-Benz. Ele disse o seguinte: "Em relação a esses tantos recursos, prefiro usá-los nas pequenas e médias empresas, porque tenho a certeza de que gerarão muito mais emprego e renda para o nosso povo gaúcho. As pequenas empresas poderão crescer, e as perspectivas de futuro e de desenvolvimento sustentável serão mais sólidas que as proporcionadas por uma grande empresa transnacional, que vem, fica como quer e também sai quando decide".

Um país como a França pode resistir ao término ou à diminuição da produção de um carro como o Smart, porque tem um PIB muito superior ao nosso.

Quando essas empresas transnacionais chegam a um país como o Brasil e retiram milhões e milhões de reais que poderiam ser investidos, levando-os para suas próprias fábricas, tiram-nos a perspectiva de investimento para a geração de emprego e renda. Além disso, remetem recursos para o exterior. Vejamos o tamanho da sangria.

A discussão sobre a Mercedes-Benz em Juiz de Fora não é apenas da região ou de Minas Gerais, mas do Brasil, porque falamos de recursos públicos, globalização e de transnacionais que vêm utilizar mão-de-obra barata, têm lucros máximos e, depois, saem. E têm de pagar multa? Sim, mas o que significam R\$200.000.000,00 para a Daimler-Chrysler? Nada. Para nós faz diferença, pois vivemos com escassos recursos públicos, e as empresas ainda começam a ter vida própria. Logo, acontecimentos como esse têm impacto extremamente negativo na geração de emprego, de renda e na perspectiva de futuro dos cidadãos brasileiros.

Sexta-feira, dia 8 de abril, às 13 horas, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembléia Legislativa marcará presença em Juiz de Fora. Convidamos também a Comissão de Trabalho para que tenhamos um grande momento. Tenho certeza de que a população local, os trabalhadores de Santos Dumont - há 400 que vivem de emprego gerado pela Mercedes - e nós, Deputados André Quintão e Elisa Costa, podemos fazer um levante em Juiz de Fora contra essa forma pela qual o capital internacional explora os poucos recursos de nosso País. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Biel Rocha - Parabenizo o Deputado Edson Rezende por trazer a esta tribuna o caso da empresa Daimler-Chrysler, que comanda a Mercedes-Benz. Na próxima sexta-feira, estaremos na Câmara Municipal de Juiz de Fora para, junto com as autoridades locais, estaduais e federais, obter informações a respeito da empresa. Ainda não se sabe o que acontecerá com as mil famílias que dependem daquele emprego, assim como toda a cidade, que fez um esforço muito grande para que a empresa fosse instalada e gerasse emprego, movimentando a economia da região. Estamos angustiados com essa indefinição, e esta Assembléia fará valer sua prerrogativa de estabelecer o debate e cobrar informações.

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito do passamento do Papa João Paulo II.

A primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil ocorreu no crepúsculo da ditadura militar, quando a sociedade civil organizada já se levantava contra o arbítrio e exigia a volta do Estado de direito.

Recebido formalmente como Chefe de Estado pelos Generais de plantão, o Papa não se intimidou e ampliou sua agenda pastoral e diplomática, recebendo lideranças de trabalhadores e de representantes de entidades que faziam aberta oposição ao regime discricionário.

Reza a lenda que o então líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, operário perseguido, processado, preso e proscrito pelos militares, ao ser recebido em audiência privada pelo Sumo Pontífice, não se fez de rogado e, ao cumprimentar o Santo Padre, sapecou-lhe dois tapinhas nas costas e disse: "Muito prazer em conhecê-lo, companheiro Papa João Paulo!".

Essa história, mais para folclore que para realidade, pode, por vias transversas, resumir o que João Paulo II foi para os católicos de todos os cantos do planeta, particularmente os menos favorecidos, carentes de paz, pão e espírito, um verdadeiro companheiro, um homem que, sem se despir de sua santidade, beijava o chão onde pisava em prova de amor a homens e mulheres, imagem e semelhança do Criador.

Esse lado humano e intimista de João Paulo foi sentido agora - 25 anos depois - quando, no último domingo, em pleno Fla-Flu no Maracanã, 70 mil vozes entoaram o canto pedindo a bênção a João de Deus. Foi a prova cabal de que ele conquistou corações e mentes e, acima de ideologias e mesmo de diversidade de crenças, provou ser o maior Papa da história, uma figura tão cativante e carismática que a Igreja, talvez, tenha dificuldade para substituí-la com a mesma intensidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheira Deputada Elisa Costa, cresci para a política durante o pontificado de João Paulo II. Tinha 19 anos quando ele assumiu o posto ocupado por poucos dias pelo risonho João Paulo I. Como ativistas das comunidades de base - eu e os Deputados Laudelino Augusto e André Quintão -, sentimos na carne o braço conservador da Igreja ao silenciar Frei Leonardo Boff, ao interferir na participação dos padres progressistas no governo sandinista da Nicarágua, ao dividir a Diocese de D. Paulo Evaristo Arns para diminuir seu poder e suas posturas dogmáticas.

Nada disso, entretanto, diminui minha admiração por sua figura, meu respeito por seus pontos de vista, verdadeiramente sinceros, e por sua luta contra todos os males. Sua diuturna batalha contra o totalitarismo nos países da Cortina de Ferro, fruto de um homem que viveu na carne as agruras da ditadura polonesa, era justa e encampada até por setores de esquerda - como o próprio PT - que jamais compactuaram com o desvirtuamento do socialismo naquela região.

O Papa, entretanto, não pode ser analisado apenas pelo que fez para ajudar a derrubar os muros do totalitarismo. Sua luta pelas liberdades democráticas prosseguiu com sua denúncia contra o capitalismo selvagem, seu grito contra os horrores das guerras e sua veemente condenação à invasão americana no Iraque. O que fica de sua biografia é a de um homem com ética, valores, princípios e compromissos que poderiam até ser pontual ou circunstancialmente divergidos, mas nunca negados, e sim respeitados e admirados dentro de sua perspectiva histórica.

Fico, Sr. Presidente, com a imensurável figura humana de João Paulo II. Respeitosamente, resgato o suposto tratamento de companheiro dado a ele pelo Presidente Lula e pelo canto entoado pelas torcidas de futebol no Maracanã: a bênção, João de Deus! Nosso povo se despede, ora e clama por você. Interceda ao Pai para que a terra sem males possa um dia ser nossa morada.

Um mundo mais justo, ecumênico e irmão é o grande legado de suas viagens e seus ensinamentos.

Que os homens e mulheres de boa-vontade façam de seu martírio, mais que um instante de reflexão, uma ocasião única para uma guinada definitiva em busca do Reino aqui na terra.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Biel Rocha, quero unir-me a V. Exa. e a todo o mundo. Neste momento, temos de reconhecer e homenagear a figura do Papa João Paulo II, que, com certeza, estará registrada na história como a mais importante não só deste século, mas também do século passado.

Ao ouvir a notícia do passamento de S.S. o Papa João Paulo II, tive o sentimento cristão de orar por aquele que vai ao encontro do Pai, mas, ao mesmo tempo, senti-me impotente ao verificar que normalmente não costumamos rezar pelos santos, costumamos pedir a intercessão dos santos. Com certeza, o Papa João Paulo II foi um homem como todos nós, assim como Cristo veio aqui e se fez homem para sentir nossas dificuldades e depois se entregar na cruz. O Papa João Paulo II se mostrou capaz de ser um homem e viver com a santidade de quem entrega a vida à humanidade para lutar por causas pelas quais muitos se sentiam derrotados, como as injustiças que permeiam todo o mundo.

Já no final da sua vida física, material, o Papa João Paulo II se mostrou um guerreiro pela paz, pois teve a coragem de condenar a guerra do Iraque, quando a maioria das nações de todos os continentes se calou ou se curvou à força do poderio americano. Com a lucidez de um homem contemporâneo e com a alma de santo, manifestava-se de forma clara e dura contra o morticínio a que todos assistimos estupefatos.

Portanto, neste momento, cabe-nos orar, sim, mas para pedir, como o fez V. Exa., a bênção de João de Deus. Como ele agora está do lado do Pai, vamos pedir-lhe que ilumine cada um de nós, para que continuemos seguindo o seu exemplo de luta pela paz. Ademais, vamos pedir-lhe que nos conceda a felicidade de ver, na Igreja Católica, um pastor que dê prosseguimento ao seu trabalho não só no âmbito da própria Igreja, mas também por todo o mundo. Ele teve a coragem de ir a sinagogas, de procurar diversas religiões para mostrar que o caminho é um só: o da paz, da fraternidade e do amor ao próximo. Por isso uno-me a V. Exa. para pedir a bênção a João de Deus, a quem pedimos também que interceda por nós junto ao Pai Celeste. Obrigado.

O Deputado Biel Rocha - Agradeço-lhe, Deputado Domingos Sávio, por enriquecer o nosso pronunciamento. A sua participação expressa o sentimento de toda a Bancada do Bloco PT-PCdoB. Sr. Presidente, agradeço-lhe a paciência e a gentileza de nos conceder a palavra nesta tarde.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Jô Moraes

exonerando Claudia Pessoa de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando João Batista Cassiano do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando Maria Salomé de Menezes do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

nomeando Claudia Pessoa de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando João Batista Cassiano para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

nomeando Maria Izabel Vieira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Maria Salomé de Menezes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Margarida Izabela Teixeira Torga para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando José Eustáquio dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

nomeando Fausto Rogues Borges para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Na data de 5/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:



exonerando Danilo de Oliveira Lopes do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Thomás Souza de Resende do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Edio Gonçalves Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Gislene de Cássia Pinto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Thomás Souza de Resende para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2005

Objeto: aquisição de mouse pads tipo ergonômico. Tendo em vista que todas as empresas participantes do pregão supracitado foram desclassificadas, a CPL declara o certame fracassado.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

#### ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 2.226/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/4/2005, na pág. 51, col. 1, na assinatura, onde se lê:

"Luiz Humberto Carneiro", leia-se:

"Luiz Humberto Carneiro e Luiz Fernando Faria".